

## **POBREZAS E OS INDICADORES DAS DESIGUALDADES SOCIAIS NO BRASIL<sup>1</sup>**

Lúcio Gomes Dantas<sup>2</sup>

Elizabeth Tunes<sup>3</sup>

Universidade de Brasília

### **Os indicadores e suas mensurações**

A sociedade contemporânea brasileira com suas classes sociais, na perspectiva das desigualdades estruturais, atravessa mudanças significativas em seus indicadores socioeconômicos. Nesse contexto, o desenvolvimento se configura por meio de diagnósticos, propostas para modificar ou reforçar processos, instituições e organizações para alcançar metas pré-fixadas. A partir de objetivos criados por organismos nacionais ou internacionais, com intencionalidade ideológica neoliberal fundamentada no capitalismo.

Com os paradoxos existentes entre as teorias sobre pobreza e os indicadores que medem tal categoria, necessário discutir nesta comunicação os modernos conceitos de pobreza, bem como os vários indicadores de pobreza que mapeiam essa população. Em outros termos, esses indicadores apontam as intencionalidades dos organismos governamentais a respeito dos pobres. Uma vez que os conceitos de pobreza estão atrelados à esfera econômica, onde os aspectos monetários são determinantes na aquisição de bens de consumo e serviços para promoverem o bem-estar das pessoas, o que muitas vezes pode ser confundido como desenvolvimento humano. No entanto, os novos desafios que se colocam na concepção de instrumentos observacionais, analíticos e procedimentos de operacionalização, seja na construção de indicadores, seja na definição de tipologias de pobreza ou utilização de sistemas classificações, os pobres são “objetos” de estudo comparativos para se explicar as desigualdades sociais.

A propósito disso, apresentamos os modernos conceitos de pobreza à luz das agendas governamentais, uma vez que estas tem se preocupado em entender o

---

<sup>1</sup> O presente texto é parte das reflexões sobre “pobreza”, contidas na tese de doutorado, em andamento, do primeiro autor.

<sup>2</sup> Professor do curso de Pedagogia na Universidade Católica de Brasília (UCB). Doutorando em Educação na Universidade de Brasília (UnB).

<sup>3</sup> Pesquisadora associada e professora do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB). Professora do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB). Doutora em Psicologia pela Universidade de São Paulo (USP).

fenômeno da pobreza, da mesma forma erradicar os empecilhos que atrapalham o desenvolvimento humano. Por desenvolvimento humano entendemos, com base no Relatório do Desenvolvimento Humano, documento da Organização das Nações Unidas (PNDU, 2011, p. 1), “no alargamento das liberdades e capacidades das pessoas para viverem vidas que valorizam e que têm motivos para valorizar. Trata-se de alargar as escolhas”. À medida que o próprio crescimento econômico, com base no capitalismo, está atrelado ao discurso de progresso, modernidade e desenvolvimento.

Sob esta visão, Alvarez Leguizamón (2007, p. 83) observa que “a ideia de *desenvolvimento* iniciou-se em fins da década de 1940, juntamente com a criação do sistema das Nações Unidas, do Bando Mundial e da hegemonia crescente dos Estados Unidos na geopolítica mundial” (Itálico da autora). Os desdobramentos com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a década de 1950, no Brasil, exigia a tomada de consciência do atraso econômico ao evidenciar as desigualdades sociais. Emergiram neste contexto, a urgência de um processo de rápida transformação para equilibrar as distâncias e superação das desigualdades sociais.

O termo desenvolvimento passa, então, a expressar as aspirações coletivas por “algo mais” que viesse arrancar os povos do Terceiro Mundo, de seu atraso, de sua pobreza e dependência. Igualmente, como referenda Mota Díaz (2007, p. 129), as desigualdades foram se “construindo e reproduzindo no campo das interações sociais, estabelecendo múltiplas diferenças tanto individuais como coletivas em todos os âmbitos da vida humana”.

Explicando melhor, as desigualdades assumem características multidimensionais, sob o prisma econômico, político e sociocultural. Além do mais, assegurar as desigualdades no discurso capitalista hoje, torna-se indispensável para o bom funcionamento do sistema, “pois elas são criadas e recriadas permanentemente como forma de assegurar a vitalidade e o dinamismo da economia de mercado” (CATTANI, 2009, p. 547). Em nome da economia do mercado, a verticalização das pessoas é demonstrada pelas desigualdades socioeconômicas.

Atualmente, essas desigualdades são publicadas por meio de *ranking*, aonde demonstra a violação da norma moral da igualdade entre os seres humanos. Ou seja, a pobreza socioeconômica, como enfatiza Demo (2005, p. 19), torna-se “carência material imposta, traduzida na precariedade comumente reconhecida do bem-estar social: fome, favela, desemprego, mortalidade infantil, doença...”; contextos de vantagens desigualmente distribuídas, o que no fundo, eleva-se ao patamar da injustiça. Therborn

(2010, p. 146), ao complementar esse pensamento, faz o seguinte esclarecimento: “desigualdades são diferenças hierárquicas, evitáveis e moralmente injustificadas”.

Desse ponto de vista, ainda que essa década tenha sido a da euforia do desenvolvimentismo, começariam ali as bases para uma crítica mais profunda de pressupostos dessa euforia e seu desdobramento nas décadas seguintes. Sobretudo, com as ideias da Teoria da Dependência<sup>4</sup>, onde “além das relações econômicas de dominação, há uma forte relação de poder ou, mais precisamente, de dominação/subordinação entre sociedades desenvolvidas e subdesenvolvidas” (GOMES, 2005, p. 58-59).

De acordo com Alvarez Leguizamón (2007, p. 84), nessa época, “a pobreza começou a ser percebida por uma visão da *teoria do desenvolvimento* – entendida como crescimento econômico e superioridade cultural dos países ricos” (itálico da autora). Naturalmente, o país que estava em nível inferior aos países desenvolvidos, encontrava-se em condições subdesenvolvidas. Essa qualificação de pobreza material, tutelada pelo Estado, deu início às mensurações que se multiplicaram cada vez mais.

Essa observação vem complementar as ações de organismos internacionais, nos dias atuais, tais como a Declaração do Milênio das Nações Unidas (ONU, 2000) e do Programa Nacional das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2011). No que tange ao documento da Declaração, este considera valores fundamentais para as relações internacionais na perspectiva de avanços entre as nações, valores traduzidos por liberdade, igualdade e solidariedade. Em relação ao desenvolvimento e a erradicação da pobreza, o documento afirma que não poupará “esforços pra libertar os nossos semelhantes, homens, mulheres e crianças, das condições abjetas e desumanas da pobreza extrema” (ONU, 2000, p. 6).

Interessante destacar, nesse contexto, que o pioneiro Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), criado no ano de 1990, evoluiu para o Índice de Pobreza Humana (IPH) em 2007 e chegou, em 2010, ao Índice de Pobreza Multidimensional – IPM (PNUD, 2010). Com isso, Sprandel (2006, p. 86) alega que, “diferentemente do Banco Mundial, que prioriza a renda, o PNUD utiliza o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)”, para enfrentar a pobreza. Vale salientar que o IDH é formado por três componentes

---

<sup>4</sup> Teoria que preconiza as relações entre sistemas econômicos e políticos à luz de leitura crítica marxista, dos processos de produção e reprodução do subdesenvolvimento nos países periféricos do capitalismo mundial. Foi, também, uma tentativa de emancipar a Sociologia latino-americana da visão eurocêntrica tradicional. (Cf. CARDOSO, Fernando Henrique; FALLETO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2004).

básicos: longevidade, indicada pela expectativa de vida ao nascer; nível educacional, traduzido pela taxa de alfabetização de adultos, bem como a taxa de matrículas na Educação Básica e no Ensino Superior; e terceiro, o indicador de renda *per capita*.

Por pobreza multidimensional compreendemos, a partir de explicações de Diniz e Diniz (2009) e Larrañaga (2007), categoria que analisa a relação entre as várias dimensões da pobreza: índice de pobreza ou conjunto de indicadores separadamente para cada dimensão. Um indicador de pobreza, seja ele unidimensional ou multidimensional, para Diniz e Diniz (2009, p. 407) tem dois níveis, a identificação e a agregação. A identificação tem “o atributo ou os atributos que permite(m) apontar determinados indivíduos como pertencentes ao conjunto dos indivíduos pobres”. Nesse caso, o IPM acarreta relação, também, de substituição ou de complementaridade em lacunas como renda, saúde, educação e habitação, além de avaliar as “capacitações” das pessoas, referentes ao conjunto de funcionamentos existentes no país.

O novo Índice de Pobreza Multidimensional tem aporte em três dimensões: padrões de vida, educação e saúde. Os padrões de vida são medidos pelos indicadores ativos, pavimento, eletricidade, água, sanitários e combustível de cozinha. Na dimensão Educação, leva-se em consideração crianças matriculadas na escola e anos de escolaridade. Por último, sobre a dimensão saúde, os indicadores são mortalidade infantil e nutrição. Sendo assim, uma família é considerada pobre se sofrer privações, pelo menos, em dois ou até seis indicadores. Com visto, predomina no Brasil, estudos de mensuração da pobreza com ênfase na família e não no indivíduo. Além disso, de acordo com PNUD (2010, p. 99), “o IPM assenta na abordagem da capacidade. Inclui uma série de dimensões a partir de exercícios participados entre as comunidades pobres e do consenso internacional emergente”.

Para o PNUD (2010, p. 9), no entanto, o IPM é o “resultado da contagem da pobreza multidimensional (o número de pessoas que são pobres em termos multidimensionais) e do número médio de privações que cada família multidimensionalmente pobre sofre (a intensidade da pobreza)”. Sobre isso, podemos inferir que é um conjunto de indicadores para medir o desempenho médio em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: (a) expectativa de vida e saúde; (b) o conhecimento, medido pela taxa de alfabetização de adultos e cobertura da educação básica; e (c) padrões decentes vida, medidos pela renda *per capita*.

O Brasil, em 2011, ocupou a 84ª posição em relação ao desenvolvimento humano, dentre os 187 países e territórios avaliados (PNUD, 2011). Associado a isso, o

indicador de distribuição e renda, Índice de Gini, o país ocupou o 75º. Lugar, entre os 183 países pesquisados. Dados também do PNUD (2010) apontam o Brasil com o resultado de 0,56, sendo assim, considerou-se o terceiro país mais desigual em relação à distribuição de renda. Índice que varia de uma escala de 0 a 1, todavia, quanto mais perto de 1, mais desigual do mundo.

O crescimento econômico do Brasil levou o país a despontar, em 2011, como a 6ª economia do mundo. Dessa forma, o Brasil consolida-se estruturalmente como líder regional. Entretanto, indicadores como o de desenvolvimento humano e de desigualdades sociais ainda são entraves para o país se colocar em patamar de riqueza. Não basta retirar cerca de 28 milhões de brasileiros da pobreza. Para isso, interessante proposta da UNESCO (2011, p. 17), ao “ênfaticamente a importância de ampliar a equidade nas condições de acesso, de garantir melhores resultados no sistema educacional e de avançar na governança dos sistemas educativos e na aprendizagem na educação básica”.

Com efeito, a mensuração se a pessoa é pobre ou não passa por critérios de renda. Essa perspectiva paneconômica ou autoeconômica, para Iguiniz Echeverría (2002, p. 7), tende a não “olhar para multidimensionalidade da vida, porque às vezes é apresentado como capaz de resolver indiretamente deficiências que podem vir de outras dimensões”. Embora haja, para Furtado (2011, p. 309), “uma preocupação com a necessidade de superação do paradigma da renda para se estudar a pobreza, tendo em vista, principalmente, o fato de ser um instrumento unidimensional e sintetizador de um problema multidimensional que é a pobreza”. Nessa mesma linha de pensamento, essa mensuração delimita os pobres dentro de cada posição social, com enfoques estigmatizados relacionados às condições de vidas degradadas.

Complementando, os estigmatizados, para Goffman (2008, p. 32), são “esses próprios grupos sujeitos a uma organização que os engloba em maior ou menor medida”. Dessa forma, revela a importância de abordagens multidimensionais sobre tais problemas, uma vez que a relação entre a identidade social e identidade pessoal, no caso dos empobrecidos, experimenta um sentimento de ambivalência, ou seja, o olhar de si mesmo e olhar dissimulado do outro. Na opinião de Estivill (2006, p. 112), “a sociedade tende a considerar os excluídos como culpados ou responsáveis pela sua exclusão, censurando-lhes as condutas e a sua indiferença na relação com o pacto social”.

Para investigar os níveis de pobreza, na conjuntura de indicadores econômicos, lista organismos como a Fundação Getúlio Vargas (FGV), estudos coordenados por Neri (2010, 2011); síntese de indicadores sociais da população brasileira (IBGE, 2010);

Instituto de Pesquisas Aplicadas e Estatísticas (IPEA, 2010) e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL (LARRAÑAGA, 2007, CEPAL, 2010), este último utiliza o critério multidimensional para medir a pobreza. Quanto a FGV, esta tem constante parceria com organismos internacionais, como o Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE) e Organização Mundial do Comércio (OMC). Além do coeficiente ou índice de Gini (MEDINA, 2001, p. 29), usado como parâmetro internacional para medir a desigualdade de distribuição de renda entre os países, a partir da renda *per capita* domiciliar.

Vale salientar que os indicadores de pobreza aqui apresentados ao longo desse estudo, são medidas de pobreza calculadas e que se baseiam em parâmetro *per capita*, o que permite captar o processo de redistribuição de renda intradomiciliar das rendas auferidas individualmente por seus membros. Nesse sentido, “a renda *per capita* que referencia a maior parte das pesquisas acerca do binômio pobreza e desigualdade é uma média interna dos domicílios”. Além do mais, “o conceito de renda domiciliar *per capita* elimina – por construção – toda desigualdade existente entre diferentes membros de uma família” (NERI, 2011, p. 14).

Portanto, esse índice de desigualdade aponta para a desigualdade econômica, além de “comparar o nível de bem-estar entre um conjunto de países e criar ordenamentos que permitam conhecer em quais deles existem menor desigualdade”. Resta-nos saber o que seria o bem-estar. Parece-nos que podemos antecipar que ele estaria ancorado em alguns indicadores propostos em estudos de Larrañaga (2007, p. 20), tais como: renda, educação, moradia e saúde.

O que tudo indica com esse estudo, é que o bem-estar está relacionado aos direitos econômicos e sociais, o que representariam uma oportunidade para assegurar a cobertura das necessidades básicas e avançar na superação da pobreza. Ou especificamente, estudos apontados pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL, 2010, p. 188), apresentam parâmetros estruturais do bem-estar e da proteção social quando o país apresenta a “capacidade de seus mercados de trabalho de gerar renda suficiente para cobrir as necessidades dos dependentes”. Sobre esse aspecto, Alvarez Leguizamón (2007, p. 109) afirma que:

Para descrever e explicar a pobreza, a teoria das *necessidades básicas* foi promovida pelo Banco Mundial, a partir da década de 1970, sob

direção de McNamara<sup>5</sup>, fortemente influenciado pelas ideias neoliberais, mas também incorporando noções do estruturalismo cepalino. (Itálico da autora).

Por outro lado, Larrañaga (2007, p. 8) nos diz que “a caracterização do bem-estar é incompleta. Pode haver dois países com a mesma taxa de pobreza de renda, porém, com desigual cobertura nos serviços sociais”. Ao tratar de serviços sociais, a educação vista pelo ângulo da pobreza multidimensional, pode ser um indicador que aponte para o analfabetismo funcional, taxa de analfabetismo, anos de escolaridade e indicadores da população escolar, uma vez que esses “indicadores informem sobre as competências educacionais da população adulta. (...) Estas competências dizem respeito à capacidade de funcionamento nas distintas esferas da vida: econômica, social, política, cultural.” (LARRAÑAGA, 2007, p. 46). Com a mensuração desses órgãos, podemos analisar os distintos critérios que medem a pobreza.

No que concerne a esses indicadores e a tentativa dos governos em assumir em suas agendas a erradicação da pobreza, o que significa erradicar, combater, extinguir a pobreza? Desafio que acompanha a multidimensionalidade da pobreza como objetivo, na ordem do governo federal, em “retirar a população extremamente pobre de sua condição, rompendo o círculo vicioso da exclusão social”, pelo menos no que diz respeito ao “Plano Brasil sem Miséria” (BRASIL, 2011b).

Combater a pobreza pode significar usar a mesma “arma” dos economicamente ricos: o dinheiro usado como poder de compra, portanto estimular o consumo entre as pessoas, inclusive as empobrecidas. Ou seja, a saída para a erradicação da pobreza é redistribuir a renda, promovendo a transferência de renda dos mais ricos para os mais pobres, sob tutela do Estado, para aumentar o poder de compra das pessoas. Afinal, para Castel (2010), o “Estado social” constitui-se na intersecção do mercado e do trabalho, regulado pelo crescimento econômico e a estruturação da condição salarial. Isto quando o país pode sustentar o mercado de trabalho, bem como as oportunidades de empregos. Contrariamente, como aponta Beck (2010, p. 134), “o raio do desemprego e da pobreza já não é o grupo, a classe ou camada social, mas o indivíduo de mercado em suas circunstâncias específicas” (itálico do autor).

### **Pensar sobre alguns tipos de pobreza**

---

<sup>5</sup> Robert Strange McNamara (1916-2009). Secretário de Defesa dos Estados Unidos de 1961 a 1968. Foi também presidente do Banco Mundial de 1968 a 1981. (Nota dos autores).

O pesquisador medievalista Mollat (1989, p. 5) faz interessante estudo sobre a pobreza no final da Idade Média e conclui que havia dois planos para a vida pobre: “a vulnerabilidade às agressões do infortúnio e a ruína irremediável”. Para este historiador, segundo a natureza das aflições, distingue-se a pobreza em três limiares: o *limiar biológico*, quando não há condições mínimas de saúde, ou mesmo de sobrevivência; o *limiar econômico* da indigência, quando se restringiam as possibilidades de troca e compra, atrelado ao valor real da moeda, na época. E, finalmente, o *limiar sociológico*, ao sair de seu “estado, ser privado de seus instrumentos de trabalho e dos signos de sua condição” (MOLAT, 1989, p. 6). A esses limiares o destino reservara ao pobre a condição de ficar só e sem vínculo, logo o nomadismo ser intenso em uma Europa feudal e renascentista.

A visão teológica da pobreza que durou até o final da Idade Média, gradualmente foi substituída por uma visão secular do pobre mendigo, do pobre marginal, a partir do século XVI até o século XVIII. Ou mesmo os “vagabundos” antes da Revolução Industrial, os “miseráveis” do século XIX, como apontou Castel (2010, p. 33). O trabalhador, então, passa a ser uma classe perigosa ao longo do século XIX e início do XX. Com efeito, os rostos da pobreza aumentam com os pobres do “Terceiro Mundo”, frente aos países ricos capitalistas e países ex-socialistas tornando-se “excluídos”.

Em linhas gerais, a pobreza tem duas dimensões, comumente baseada nas teorias que se sustentam na *objetividade* ou na *subjetividade*. Com efeito, as teorias sobre pobreza que se respaldam na objetividade desenvolveram metodologias de mensuração, voltadas para a lógica matemática e que também podem ser classificadas *de pobreza absoluta e relativa*. Dessa forma, a *pobreza absoluta* se refere aquelas condições em que o ser humano vive minimamente para sobreviver.

Na opinião de Rocha (2005, p. 11), a *pobreza absoluta* “está estreitamente vinculada às questões de sobrevivência física”, sobretudo em condições referentes à alimentação, saneamento básico, vestuário, atendimento médico, educação elementar e moradia. A identificação da pessoa que vive em situação de pobreza e a sua renda *per capita* é usualmente estabelecida por organismos internacionais. Com isso, o conceito de pobreza, usualmente, parte de normas que se apoia em padrão de vida que seria desejável em uma sociedade, por isso, a construção das linhas de pobreza sejam definidas pelo padrão mínimo de consumo alimentar. Esse tipo de pobreza é real e se refere a um nível de vida mínima e até menos do que o mínimo, do ponto de vista



fisiológico e material para defini-la. Com isso, o conceito de pobreza absoluta fornece uma consciência e uma implementação, por instrumentos políticos, mais rápidos (MERCIER, 1995). As pessoas nessa condição necessitam de assistência e refere-se a uma definição político-administrativa.

Em relação à *pobreza relativa*, esta é vista como padrão de vida estipulado por determinada sociedade, em que uma família vive de uma renda 40% ou 50% abaixo da renda média da sociedade nacional; em outras palavras, depende culturalmente e economicamente de cada região ou país. Para Rocha (2005, p. 11), esse tipo de pobreza diz respeito “as necessidades a serem satisfeitas em função do modo de vida predominante na sociedade em questão”. Por conseguinte, *pobreza relativa* significa que as necessidades são diferentes de acordo com a filiação social da pessoa. Ante o exposto, é considerado pobre aquele que pode satisfazer as necessidades definidas pelo seu grupo social. Decerto, pobre em um determinado lugar, pode, talvez, não ser considerado pobre em relação a uma classe inferior, em outro lugar. Como visto, a pobreza objetiva tem forte aspecto econômico como balizador. Isso faz com que outros teóricos busquem estudar a pobreza na perspectiva da subjetividade.

No que concerne à *pobreza subjetiva*, aspectos sociopolíticos são levados em conta, por considerarem experiências cotidianas das pessoas que vivem em situações de pobreza. Com isso, o fator monetário não é único critério para medir a pobreza. Com as lacunas existentes entre as pobrezas objetiva e subjetiva, aparece outra abordagem para incluir aspectos multidimensionais (FURTADO, 2011; KERSTENETZKY, 2000; SEN, 2000). Ou seja, esta abordagem se preocupa com a pobreza mais ampla, tem como objetivo envolver processos para avaliar as capacidades das pessoas referentes a um conjunto de funcionamentos existentes em determinada sociedade, ancorados na economia.

No fundo, o conceito de pobreza parece ser dúbio e plurívoco. Entendemos, por um lado, como estado elevado da alma, portanto, uma vida pobre virtuosa; por outro, compreendemos como estado de desqualificação humana, no sentido de penúria, falta, indignidade ou miséria.

Todo o tema de pobreza não é estático, ele não está vinculado a uma categoria, a um fenômeno por si só. Por isso, é necessário estarmos atento aos seus desdobramentos e a sua configuração multidimensional. Somos de opinião que pobreza é dinâmica; incluir somente o parâmetro econômico para definir padrões de pobreza, pode ser um equívoco. Com referência a isso, Chamizo de la Rubia (2007, p. 74) afirma: “há de se

introduzir a educação, moradia, proteção social, o trabalho”, dentre outros elementos que compõem estudos realizados hoje. Dessa forma, ampliamos os critérios para definir o que caracteriza as pessoas pobres.

De fato, vários indicadores modernos de pobreza mapeiam a população pobre no intuito de traçar políticas públicas para combater a pobreza e dar assistência. Sobre isso, importante identificar o que esses indicadores apontam quais as intencionalidades dos organismos governamentais a respeito dos pobres.

Em estudo realizado sobre a obra de Georg Simmel<sup>6</sup>, sobre a sociologia da pobreza, Ivo (2008, p. 172) afirma que “a condição de ‘ser assistido’, portanto, constitui a marca identitárias da condição do ‘pobre’ e o critério de seu pertencimento como uma camada específica da sociedade inevitavelmente desvalorizada”. Dessa maneira, essa desvalorização enraíza-se no estigma que o pobre carrega consigo, sob o rótulo de “assistido”. Dentro desta perspectiva, como sugere Kowarick (2003, p. 78), os vastos processos de vulnerabilidade que acarretam sobre as pessoas no Brasil, conduzem ao “*processo de descidadanização*” (itálico do autor).

Como visto, os conceitos de pobreza estão atrelados à esfera econômica. Com efeito, os aspectos monetários são determinantes na aquisição de bens de consumo e serviços para promoverem o bem-estar das pessoas, o que muitas vezes pode ser confundido como desenvolvimento humano. Nesse sentido, interessante a observação de Kerstenetzky (2000, p. 114), quando diz: “se a Economia é o saber sobre as relações humanas voltadas para a produção e distribuição da riqueza material, a riqueza, entretanto, nos interessa principalmente como instrumento de bem-estar”. Com isso, não é novidade que os indicadores baseados em critérios econômicos estabeleçam relação direta com bem-estar, em última análise com o padrão de consumo material. O que sugere, na economia do bem-estar, um padrão baseado em utilidades. Também, não podemos deixar de observar que, por traz de programas de combate à pobreza existe uma “indústria da pobreza” (DEMO, 2003), patrocinada pelo neoliberalismo.

O mosaico conceitual da pobreza, em sua complexidade, vem ampliar o entendimento desse fenômeno. Com base nos estudos de Ribeiro e Jamur (2003), a noção da pobreza frente às desigualdades sociais revelam concepções com enfoques na sobrevivência, necessidades básicas e privação relativa. Na linha da sobrevivência, de origem nos trabalhos de nutricionistas ingleses que predominou no século XX até a

---

<sup>6</sup> Georg Simmel (1858-1918), sociólogo alemão, autor da obra *les pauvres* (livro não traduzido no Brasil).

década de 50, a renda não cobria as necessidades físicas da pessoa. Com estatísticas que apontavam tal deficiência, esse modelo ajudaria o Estado de bem-estar a fundar políticas sociais para manter as pessoas no nível da sobrevivência. As quais necessitariam de proteção social, daí essa concepção ter exercido influências em toda a Europa e mais tarde assumida pelo Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD).

A segunda concepção, portanto, a pobreza com conotações de necessidades básicas, originária a partir de 1970, aponta novas exigências como: “serviços de água potável, saneamento básico, saúde, educação e cultura” (RIBEIRO & JAMUR, 2003, p. 19). Essa concepção foi assumida por alguns órgãos internacionais que integram a ONU, tais como a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Organização das Nações Unidas para a educação, à ciência e a cultura (UNESCO), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), dentre outros. Por último, a partir de 1980, a pobreza passa a ser medida pela privação relativa, ou seja, “sair da linha de pobreza significa obter: um regime alimentar adequado, um certo nível de conforto, o desenvolvimento de papéis e de comportamentos socialmente adequados”. Esse enfoque tem como um dos principais fundadores o economista indiano Amartya Sen (2000), ser pobre não acarreta somente privação material, embora esta iniba outras capacidades.

Diante do exposto até aqui, temos refletido a pobreza sob o ângulo material ou econômico, baseado na renda, como o estudo realizado por Costa (2008, p. 92), o qual aponta neste início de milênio, três tipos de pobreza: a extrema, a moderada e a relativa. A *pobreza extrema* “refere-se à condição em que as famílias não conseguem nem ao menos o acesso a meios básicos de subsistência”; a *pobreza moderada*, no entanto, é vista como “condições nas quais as necessidades básicas são supridas, embora com grande dificuldade”; e finalmente a *pobreza relativa* que diz respeito à “renda familiar abaixo da média nacional”.

Sobre esse aspecto, de acordo com o Banco Mundial e citado por Costa (2008) e Kanbur e Squire (1999), o parâmetro para se definir a “linha de pobreza” é de 1 a 2 dólares por dia, para se chegar, por exemplo, ao tipo de *pobreza moderada*, de todo prioriza-se a renda. Embora essa linha da pobreza formulada pelo Banco Mundial seja bem difundida em meios acadêmicos e à população em geral, ela também já foi criticada. Pois, de acordo com Pogge e Reddy (2003, p. 1): “o Banco utiliza uma linha internacional arbitrária de pobreza e alheios a qualquer concepção clara do que é a

pobreza”. Do mesmo modo, Santos (2010, p.73), ao se referir ao Banco Mundial, considera que, “em diferentes partes do mundo, financia programas de atenção aos pobres, querendo passar a impressão de se interessar pelos desvalidos, quando, estruturalmente, é o grande produtor da pobreza”.

Precisamente, as novas estimativas se baseiam em linha de pobreza internacional de US\$ 1,25/dia por pessoa (IPEA, 2010, p. 24). No entanto, as Nações Unidas adotaram a nova linha de pobreza para as estimativas de pobreza global em 2009 e usada, a partir daí, em Relatório Global de Acompanhamento dos Objetivos do Milênio.

Também é lucrativo notar que essas divisões estão relacionadas com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, assumidos pela comunidade internacional na Cúpula do Milênio, em âmbito das Nações Unidas. Vale lembrar que o objetivo primeiro é “erradicar a extrema pobreza e a fome”, como meta em “reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população que sofre de fome” (IPEA, 2010, p. 40). Por *extrema pobreza*, segundo mensuração de órgãos nacionais (BRASIL, 2011c, Decreto n. 7.492) “considera-se aquela população com renda familiar *per capita* mensal de até R\$ 70,00 (setenta reais)”. Nesse sentido, mensurou-se uma “linha de pobreza”, isto é, para Furtado (2011, p. 314), essa linha é o “limiar que separa os pobres dos não pobres, o ponto de partida é o cálculo da linha de indigência que está diretamente ligada às questões de sobrevivência física, principalmente, alimentar”.

Essa aferição se dá a partir da capacidade de consumo privado e das chances de acesso a serviços públicos básicos. Quanto à capacidade de consumo, fundamental a ampliação de ofertas de emprego e aumento do valor do salário, são exemplos nessa perspectiva. Sobre serviços públicos básicos, interessante à expansão e a qualificação dos serviços e equipamentos destinados às pessoas. Diante disso, o Brasil vem diminuindo a pobreza material, por conseguinte, os pobres se transformaram em consumidores, à luz do mercado, o que leva a economia brasileira a disparar.

Como discricção metodológica utilizada pelo IBGE (2010) para mapear a população em *extrema pobreza* no Brasil, alguns indicadores foram relevantes, sozinhos ou combinados, de acordo com o perfil da extrema pobreza no Brasil com base nos dados preliminares do universo do Censo de 2010 (BRASIL, 2011a, notas); esses indicadores levaram em consideração famílias:

Sem banheiro de uso exclusivo; sem ligação com rede geral de esgoto ou pluvial e não tinha fossa séptica; em área rural sem ligação à rede geral de distribuição de água e sem poço ou nascente na propriedade; sem energia elétrica, com pelo menos um morador de 15 anos ou mais

de idade analfabeto, com pelo menos três moradores de até 14 anos de idade e pelo menos um morador de 65 anos ou mais de idade.

No entanto, o combate à pobreza iníqua, que violenta tantas pessoas e ameaça a própria dignidade humana, trás um outro desafio: reduzir os desníveis entre quem gasta o supérfluo e quem não tem o necessário para sobreviver. De um lado a busca pelo consumo e acúmulo, do outro, quem não tem o que gastar e que lhe falta.

Quando o crescimento econômico e o livre mercado patrocinam o bem-estar das pessoas, conseqüentemente há redução da pobreza, esta passa a ser vista como falta de renda e de ativos básicos. Essa concepção marca estudos de desenvolvimento da escola anglo-saxã, o que por sua vez influenciou a concepção de pobreza Amartya Sen. Com os paradoxos existentes entre as teorias sobre pobreza e os indicadores que medem tal categoria, necessário discutirmos o moderno conceito de pobreza como inibidora de capacidades das pessoas, como carência humana, inviabilizando o seu crescimento, bem como cerceando sua liberdade, impedindo-as de viver melhor e privando-as de uma participação mais efetiva no mundo.

Com isto, Sen (2000) desenvolveu o conceito de pobreza como privação de capacidades e propôs o pleno desenvolvimento como liberdade para as pessoas obterem escolhas e oportunidades na condição de agentes. Sobre esse aspecto, para Kageyama e Hoffmann (2006, p. 82), “Sen introduziu a ideia de que o padrão ou qualidade de vida não se mede pela posse de um conjunto de bens, nem pela utilidade a eles inerente, mas reside nas capacidades (*capabilities*) dos indivíduos em utilizar esses bens para obter satisfação ou felicidade”. Ademais, para Zaoual (2003, p. 74-75) “Toda política antipobreza, se deixar de levar em conta a capacidade (*capability*) dos indivíduos e grupos da população, aumenta a pobreza”.

Para isso, interessante investigar a liberdade das pessoas, sobretudo as mais pobres, como processo de desenvolvimento pessoal. Com isso, a pobreza tem multifoco, não somente a pobreza econômica ou material, mas a pobreza inibidora de liberdades.

A capacidade de uma pessoa é o que permite, dentro de um conjunto de possibilidades, escolher qual, entre elas, proporcionará melhor qualidade de vida para ela. De acordo com Plaza (2008, p. 24), ao se referir às capacidades que as pessoas têm para atingirem o estatuto da “equidade, bem como a noção de desigualdade, diz respeito à sociedade como um todo, e se refere à estratificação social, possibilita ou impede o desenvolvimento de capacidades de sujeitos individuais ou coletivos”. Essas capacidades, de fato, para Kerstenetzky (2000, p. 118) “refletiriam as oportunidades de

escolha por diferentes conjuntos de funcionamentos que estariam abertas aos indivíduos, representando a extensão de sua liberdade efetiva”. Igualmente, as oportunidades econômicas que as pessoas podem ter para utilizar recursos econômicos com o propósito de consumo, produção ou troca, além de incluir a distribuição da riqueza gerada como fator de diferenciação. Nesse sentido, a liberdade efetiva possibilita as pessoas de fazerem as suas escolhas, são meios que oportunizam decisões para as suas vidas.

Sobre esse aspecto, ainda, a pobreza desumaniza e tira a dignidade das pessoas, por essa razão exige-se ser analisada como um fenômeno complexo, associado a muitas causas. Rocha (2005, p. 184), diante disso, adverte sobre as desigualdades como fonte de pobreza:

Estudos evidenciam que as desigualdades de rendimentos no mercado de trabalho não são criados devido a mecanismos próprios desse mercado, tais como segmentação e discriminação, mas, principalmente, devido a diferenças educacionais entre os indivíduos.

Ademais, “a pobreza é reforçada por acentuada desigualdade na distribuição de renda, refletindo grandes desigualdades de origem (...) que tendem a reforçar as disparidades de origem, sejam elas de classe, gênero, idade ou etnia” (CEPAL, 2010, p. 195). Somando-se a isso, negar aos mais empobrecidos de nossa sociedade o direito de se tornarem pessoas, em plenitude, subtrai-se sua liberdade, assim como sua dignidade.

Afinal, dentro desta linha, Costa (2008, p. 107) aponta que “a pobreza não é somente uma privação de recursos econômicos ou materiais, mas também uma violação da dignidade humana”. Desse modo, alienar os direitos fundamentais das pessoas, bem como os complexos aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos atrelados ao fenômeno da pobreza material estão, incontestavelmente, interligados.

Nos países conhecidos como subdesenvolvidos, do ponto de vista econômico, a pobreza é rotulada com três definições, a saber: pobreza incluída, pobreza marginalizada e pobreza estrutural. A *pobreza incluída* é acidental, “produzida em certos momentos de ano”. Esse tipo de pobreza é, comumente, apresentado como um acidente natural ou social. No tocante a isso, Santos (2010, p. 69) observa: “Em um mundo onde o consumo ainda não estava largamente difundido, e o dinheiro ainda não constituía um nexos social obrigatório, a pobreza era menos discriminatória. Daí pode-se falar de pobres incluídos”.

Ao fazer parte do processo econômico vigente, como “doença da civilização”, o consumo se impõe como critério para mensurar os que são pobres e não pobres. Os

pobres passam a ser, então, marginalizados pelo sistema econômico. Somam-se a isso, os pobres passam a ser reconhecidos como *absoluto* e *relativo*, essa classificação é medida pelo o que as pessoas podem consumir e pela forma que o fazem. Ou seja, os novos índices estão atrelados à capacidade de consumo que as pessoas podem ter. Daí, a necessidade de órgãos do Estado para resolver o problema dos “marginais”. A luta contra a pobreza e suas manifestações leva ao Estado de bem-estar ou Estado provedor.

A *pobreza estrutural globalizada*, a qual Santos (2010, p. 72) se dedicou em criticar veementemente e que a chamou de “pervasiva, generalizada, permanente e global”, torna-se excludente. A exclusão social, dos pobres, é fruto da racionalidade imperativa econômica. O que esse geógrafo chamou de “racionalidade sem razão”. Para Santos (2010, p. 132), ainda, a pobreza “é uma situação de carência, mas também de luta, um estado vivo, de vida ativa, em que a tomada de consciência é possível”. Diferentemente dos miseráveis que têm privação total, onde se aniquila a pessoa.

Seguindo o rastreamento dos excluídos, na condição de pobres, sem dúvida, o fator econômico é hegemônico para definir quem se afilia nessa categoria. Sobretudo, quando o indivíduo perde a sua renda, salário, e se torna “desfiliado”, termo utilizado por Castel (1997, 2010) para traduzir situações nas quais as pessoas deixam de pertencer ou de estar vinculadas ao trabalho ou a redes mais amplas. O desfiliado torna-se isolado, atomizado, desestimulado. Pessoa “desfiliada” convém melhor que “excluída”, pois, para Castel (2010, p. 569), essas pessoas “foram des-ligadas, mas continuam dependendo do centro, que talvez, nunca foi tão onipresente para o conjunto da sociedade”. Nesse sentido, o centro, equipado pelo Estado, fará os serviços de reparação. A partir de disso, Castel (1997, p. 25-26) apresenta, pelo menos, três tipos qualitativamente diferentes de pobreza:

A **pobreza integrada**, que é uma pobreza trabalhadora; a **indigência integrada**, que depende das ações de socorro à inserção comunitária; a **indigência desfiliada**, marginalizada ou excluída, que não encontra um lugar nem na ordem do trabalho, nem na ordem comunitária. (Negrito do autor).

Em tempos de crise da “sociedade salarial” e da precariedade do mercado, a “nova questão social” (CASTEL, 2010) se apresenta sob a égide da assistência. Para Pagan (2003, p. 64-63) os pobres, na qualidade de “*status* social”, e que dependem de assistência ou intervenção social podem ser classificados analiticamente como: a) os *fragilizados*, “os que se beneficiam de uma intervenção social pontual na esfera do orçamento”, nessa categoria são comuns à incerteza ou a irregularidade de renda por

parte das pessoas. b) Os *assistidos* se beneficiam de “intervenção relativamente intensa”, de acompanhamento contratual. c) Os marginalizados “situam-se no polo inferior do dispositivo de assistência”, pois muitas vezes não tem identidade pessoal nem coletiva. Este tipo de pobre é “desprovido de status e de poder”, o que o desqualifica socialmente. Para o referido autor (2010, p. 66), “os *marginalizados* são muito menos enquadrados pelos profissionais da ação social que os *assistidos*”. Nesse sentido, o pobre como marginal, aparece como mal socializado em uma subcultura diferente da maioria das pessoas, “ele não tem sucesso porque é estigmatizado” (BAJOIT, 2006, p. 92). A esse respeito, importante as pesquisas sobre “cultura da pobreza” apresentadas por Lewis (1969, 2009).

Um outro tipo de pobreza aparece em Demo (2005, p. 20): *pobreza política*, sobre esta categoria, o autor compreende “a dificuldade histórica de o pobre superar a condição de objeto manipulado, para atingir a de sujeito consciente e organizado em torno de seus interesses”. Nessas condições, ser pobre não é apenas não ter, mas ser impedido por um sistema perverso de desvelar situações de injustiças. Nesse sentido, Demo (2003, p. 38) vaticina que “o cerne da pobreza é o massacre da dignidade humana, observado mais fácil ou imediatamente através de indicadores quantitativos, que escondem, por trás, problemática muito mais complexa e profunda”. Com relação a isso, a carência material não pode ser, unicamente, o indicador da pobreza, pois este indicador é parte da desigualdade.

A *nova pobreza* tem caráter autodestrutivo para as pessoas, pois, de acordo com Beck (2010, p. 139), ao se referir aos desempregados, ela “aceita em silêncio, consumada no decurso ritual das vãs tentativas de evita-la, prolifera nos subterrâneos de um destino coletivo”. É nesse silêncio que ela se oculta e cresce, na lógica da distribuição de riqueza acompanha-se, sempre, a distribuição de riscos, como situações sociais ameaçadas, ao passo que “a produção industrial é acompanhada por um universalismo das ameaças” (BECK, 2010, p. 43). Para Estivill (2006, p. 109) esse fenômeno da *nova pobreza* inicia-se no final dos anos setenta e princípio dos anos oitenta do século XX, por ocasião de reestruturação do mercado do trabalho. A *nova pobreza*, do ponto de vista econômico, são “os trabalhadores qualificados expulsos do seu trabalho devido às reconversões industriais e à evolução tecnológica”.

Outro ensinamento, por parte da Igreja Católica, contido no Documento de Aparecida (CELAM, 2007, p. 181, n. 402) fala dos novos rostos dos pobres:



Fixamos nosso olhar nos rostos dos novos excluídos: os migrantes, as vítimas da violência, os deslocados e refugiados, as vítimas do tráfico de pessoas e sequestros, os desaparecidos, os enfermos de HIV e de enfermidades endêmicas, os tóxico-dependentes, idosos, meninos e meninas que são vítimas da prostituição, pornografia e violência ou do trabalho infantil, mulheres maltratadas, vítimas da exclusão e do tráfico para a exploração sexual, pessoas com capacidades diferentes, grandes grupos de desempregados/as, os excluídos pelo analfabetismo tecnológico, as pessoas que vivem na rua das grandes cidades, os indígenas e afro-americanos, agricultores sem terra e os mineiros.

Como visto, para a Igreja, o espectro das novas pobreza amplia os tipos de pobres.

Para Ribeiro e Jamur (2003, p. 20) “o que ocorre é o ocultamento da questão cultural num olhar basicamente econômico”. Com efeito, a pobreza pode também ser compreendida em seu genuíno sentido de desapego das riquezas materiais e de austeridade, é um valor para a civilização vive para ter. *A pobreza vista como valor*, antecipa virtudes clássicas de sobriedade e temperança frente aos bens materiais. A pobreza nessa acepção é criadora de cultura, pois estimula vários modos de viver e sobreviver. Para Wagner de Reyna (1982, p. 206), pobreza é um valor, “não somente porque todo o humano se inscreve em um marco axiológico, mas porque para ser pobre necessita-se de um valor: valor para lutar, valor para perder, valor para protestar, valor para sucumbir, valor para aceitar”.

Nesse tipo de pobreza, ela se revela como um tomar distância frente à fascinação dos apelos econômicos. Transforma o valor de renda para um valor substancialmente humano. Na opinião de González Umeres (2007, p. 113), a partir de conceito, há uma “revolução restauradora axiológica: devolver ao pobre seu caráter de valor”. Pobreza, segundo Wagner de Reyna (1987, p. 41), “deve ser interpretada a partir de si mesma e não relatada aquilo que ela não é, deve ser tomada como ponto de referência independente”.

### **Sobre as desigualdades sociais**

Hoje, pobreza e riqueza são dois conceitos ligados a uma realidade: a desigualdade social e econômica, relativa à qualidade de vida, na qual vivem os distintos grupos humanos que fazem uma sociedade (ALONSO TORRENS, 2007). Com isso, retornamos a dicotomia socioeconômica pobre-rico. Existem pessoas ricas, na medida em que estas têm muito dinheiro, acumulam bens materiais; por outro lado,

as pessoas pobres com pouco dinheiro, suportam maior número de males provenientes de problemas gerados pelo sistema injusto em escala planetária. A pobreza em grande parte da população, inclusive no Brasil, se explica pela apropriação da riqueza e da renda concentradas, desproporcionalmente, nas mãos de pessoas ricas. Os mais ricos, nessa acepção, detém grande fatia da renda e da riqueza nacionais. Embora, as desigualdades de renda tenham diminuído no Brasil, desde 2001 até 2009, conforme análise de Neri (2010, p. 86): “a renda *per capita* dos 10% mais ricos 1,49 ao ano, enquanto a renda dos 10% mais pobres cresceu a notável taxa de 6,79% ao ano”. Sobre isso, essa dicotomia é comumente aceita por mecanismos econômicos que fazem classificar os grupos humanos em pobres e ricos. As desigualdades decorrentes do sistema capitalista levam ao conjunto de fenômenos explicativos, por si, da pauperização de muitas pessoas. O que leva, na maioria das vezes, a ruptura das pessoas com os laços sociais.

Essa produção de pobreza que o mundo moderno acompanha tem escala massiva. Demo (2003, p. 40), nesse sentido, fala da “indústria da pobreza”, onde esta aparece com políticas de combate à pobreza, mas no fundo, mantém intocada a condição de manobra sob efeito de alienação. Do mesmo modo que o empobrecimento das pessoas cresce, temos o advento de novos pobres.

Estudos acadêmicos sobre a pobreza ou as pessoas empobrecidas aumentam a cada ano, órgãos nacionais e internacionais se debruçam para aferirem tais categorias, assim como, também, hiperinflacionam nossos olhos ao encherem de informações. Como disse Cattani (2007, p. 211), “a população pobre e miserável é medida, quantificada e analisada nas suas dimensões sociais, políticas, psicológicas, educacionais” etc. Em contrapartida, estudos sobre os campos da riqueza e dos ricos são ínfimos se compararmos com estudos sobre a pobreza. Nesse sentido, determinante as pesquisas dos sociólogos Pinçon e Pinçon-Charlot (2007, p.23), quando estes afirmam que “a alta burguesia aprecia discrição. Não gosta muito que falem dela fora das ocasiões que controla, como as festas de caridade ou os grandes prêmios hípicas”. A tradicional imagem da pirâmide social, nesse sentido, representa bem a visibilidade entre pobres e ricos, os muitos que estão na base ou embaixo não podem se esconder, em inversa proporção, ou seja, os ricos são difíceis de serem enxergados. Conforme ressalta Cattani (2009, p. 557): “quanto mais os pobres aparecem menos os ricos são visíveis”.

Por fim, o conjunto de características que se revelam insuficientes ou inadequadas a um grupo social para lidar com o sistema de oportunidades que a sociedade oferece, cria assim, fragilidades de apoios oferecidos às pessoas. Essas fragilidades, normalmente estão ancoradas em níveis de desemprego, precariedade de trabalho, à falta de proteção social, minando os vínculos sociais e a própria cidadania.

### Referências:

ALONSO TORRENS, Javier. La feminización de la pobreza. In: PRIMERAS JORNADAS “ÉTICA, POBREZA Y ALGUNAS RESPUESTAS AUDACES”: FORO “HUMANIZACIÓN Y JUSTICIA”, 1; 2007, Salamanca. **Actas...** Salamanca: Universidad de Salamanca; Grupo Tender Puentes (Ed.), 2007. p. 161-179.

ALVAREZ LEGUIZAMÓN, Sonia. A produção da pobreza massiva e sua persistência no pensamento social latino-americano. In: CIMADAMORE, Alberto D.; CATTANI, Antonio David (Orgs.). **Produção de pobreza e desigualdade na América Latina**. Tradução Ernani Ssó. Porto Alegre: Tomo Editorial; CLACSO, 2007. p. 79-124.

BAJOIT, Guy. Olhares sociológicos, rostos da pobreza e concepções do trabalho social. Tradução Sérgio Miola. In: BALSÁ, Casimiro; BONETI, Lindomar Wessler; SOULET, Marc-Henry (Orgs.). **Conceitos e dimensões da pobreza e da exclusão social: uma abordagem transnacional**. Ijuí, RS: Ed. UNIJUÍ; Lisboa, Portugal: CEOS, 2006. p. 91-102. (Método e Teorias).

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. Tradução Sebastiao Nascimento. São Paulo: Ed. 34, 2010.

BRASIL. **Nota do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. O perfil da extrema pobreza no Brasil com base nos dados preliminares do universo do Censo 2010. Brasília, 2 maio 2011a. Disponível em: [http://www.brasilsemmiseria.gov.br/perfil\\_extrema\\_pobreza.pdf](http://www.brasilsemmiseria.gov.br/perfil_extrema_pobreza.pdf). Acesso em: 14 dez. 2011.

BRASIL. **Plano Brasil Sem Miséria**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2011b. Disponível em: [http://www.brasilsemmiseria.gov.br/wp-content/themes/bsm2nd/caderno\\_brasil\\_sem\\_miseria.pdf](http://www.brasilsemmiseria.gov.br/wp-content/themes/bsm2nd/caderno_brasil_sem_miseria.pdf). Acesso em 14 dez. 2011.

BRASIL. Decreto n. 7.492, de 2 de junho de 2011. Institui o Plano Brasil Sem Miséria. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 3 jun. 2011c. Seção 1. p. 6-7. Disponível em: <http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=6&data=03/06/2011>. Acesso em: 14 abr. 2011.

CASTEL, Robert. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade a “desfiliação”. Tradução Ida Maria Thereza S. Frank. **Caderno CRH**, Salvador, n. 26/27, p. 19-40, jan./dez. 1997.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Tradução Iraci D. Poleti. – 9. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

CATTANI, Antonio David. Riqueza substantiva e relacional: um enfoque diferenciado para a análise das desigualdades na América Latina. In: CIMADAMORE, Alberto D.; CATTANI, Antonio David (Orgs.). **Produção de pobreza e desigualdade na América Latina**. Porto Alegre: Tomo Editorial; CLACSO, 2007. p. 211-238.

CATTANI, Antonio David. Riqueza e desigualdades. **Caderno CRH**, Salvador, v. 22, n. 57, p. 547-561, set./dez. 2009.

CHAMIZO DE LA RUBIA, José. Acción política y lucha contra la pobreza. In: PRIMERAS JORNADAS “ÉTICA, POBREZA Y ALGUNAS RESPUESTAS AUDACES”: FORO “HUMANIZACIÓN Y JUSTICIA”, 1; 2007, Salamanca. **Actas...** Salamanca: Universidad de Salamanca; Grupo Tender Puentes (Ed.), 2007. p. 69-91.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **A hora da igualdade**: brechas por fechar, caminhos por abrir. Brasília: CEPAL, 2010. Disponível em: <http://www.eclac.org/brasil/>. Acesso em: 13 nov. 2011.

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO – CELAM. **Documento de Aparecida: Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe - 2007**. São Paulo: Paulinas; Paulus, Brasília: Edições CNBB, 2007.

COSTA, Fernanda Doz. Pobreza e direitos humanos: da mera retórica às obrigações jurídicas – um estudo crítico sobre diferentes modelos conceituais. **SUR - Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, ano 5, n. 9, p. 89-119, dez. 2008. Disponível em: [www.revistasur.org](http://www.revistasur.org). Acesso em: 20 jul. 2011.

DEMO, Pedro. **Pobreza da pobreza**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

DEMO, Pedro. **Política social, educação e cidadania**. – 8. ed. – Campinas, SP: Papirus, 2005. (Magistério: Formação e trabalho pedagógico).

DINIZ, Marcelo Bentes; DINIZ, Marcos Monteiro. Um indicador comparativo de pobreza multidimensional a partir de objetivos do desenvolvimento do milênio. **Economia Aplicada**, Ribeirão Preto, SP, v. 13, n. 3, p. 399-423, set. 2009.

ESTIVILL, Jordi. A face não reconhecida da sociedade. O debate conceptual sobre a exclusão social na Europa e na América Latina. Tradução Sérgio Miola. In: BALSÀ, Casimiro; BONETI, Lindomar Wessler; SOULET, Marc-Henry (Orgs.). **Conceitos e dimensões da pobreza e da exclusão social**: uma abordagem transnacional. Ijuí, RS: Ed. UNIJUÍ; Lisboa, Portugal: CEOS, 2006. p. 103-139. (Método e Teorias).

FURTADO, Clayton Sirilo do Valle. Classificação dos pobres: questões, construção e análise. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 26, p. 306-330, jan./abr. 2011.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução Márcia Bandeira de Melo Leite Nunes. – 4. ed. – Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOMES, Candido Alberto. *A educação em novas perspectivas sociológicas*. – 4. ed. rev. ampl. – São Paulo: EPU, 2005. (Temas básicos de educação e ensino).

GONZÁLEZ UMERES, Luz. Iberoamérica en tiempos de globalización, un manifiesto y un lema de Alberto Wagner de Reyna: amarra tu arado a una estrella. **Revista Mercurio Peruano**, Lima, Perú, n. 520, p. 102-114, 2007.

IGUÍÑIZ ECHEVERRÍA, Javier. La pobreza es multidimensional: un ensayo de clasificación. **Documento de Trabajo**, Lima, Perú, n. 209, jul. 2002. 32 p. Disponível em: <http://www.pucp.edu.pe/economia/pdf/DDD209.pdf>. Acesso em 6 out. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira – 2010. Rio de Janeiro, 2010. (Estudos e Pesquisas: informação demográfica e socioeconômica, 27). Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2010/SIS\\_2010.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2010/SIS_2010.pdf). Acesso em: 21 mar. 2012.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio** – Relatório nacional de acompanhamento. Brasília: IPEA, 2010. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/100408\\_relatorioodm.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/100408_relatorioodm.pdf). Acesso em: 13 nov. 2011.

IVO, Anete B. L. Georg Simmel e a “Sociologia da pobreza”. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21. N. 52, p. 171-180, jan./abr. 2008.

KAGEYAMA, Angela; HOFFMANN, Rodolfo. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 15, n. 1 (26), p. 79-112, jan./jun. 2006.

KANBUR, Ravi; SQUIRE, Lyn. **The evolution of thing about poverty**: exploring the interactions. 1999. Disponível em: [http://kanbur.dyson.cornell.edu/papers/evolution\\_of\\_thinking\\_about\\_poverty.pdf](http://kanbur.dyson.cornell.edu/papers/evolution_of_thinking_about_poverty.pdf). Acesso em: 4 ago. 2011.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. Desigualdade e pobreza: lições de Sen. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 113-122, fev. 2000.

KOWARICK, Lúcio. Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. Estados Unidos, França e Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51. p. 61-85, fev. 2003.

LARRAÑAGA, Osvaldo. **La medición de la pobreza en dimensiones distintas al ingreso**. Santiago, Chile: CEPAL, 2007. (CEPAL - Estudios estadísticos y prospectivos, 58).

LEWIS, Oscar. **Antropología de la pobreza: cinco familias**. Traducción Emma Sánchez Ramírez. – 20. ed. - México: Fondo de Cultura Económica, 2009. (Sección de Obras de Antropología).

LEWIS, Oscar. **La vida**. Une famille porto-ricaine dans une culture de pauvreté: San Juan et New York. Traduit de l'anglais Jean Rosenthal. Paris: Édition Gallimard, 1969. (Témoins Gallimard).

MEDINA, Fernando (Coord.). **Consideraciones sobre el índice de Gini para medir la concentración del ingreso**. Santiago, Chile: CEPAL, 2001. (Estudios estadísticos y prospectivos, 9).

MERCIER, Lucie. La pauvreté: phénomène complexe et multidimensionnel. **Service social**, Laval, Canada, v. 44, n. 3, p. 7-27, 1995. Disponível em: <http://id.erudit.org/iderudit/706704ar>. Acesso em: 17 out. 2011.

MOLLAT, Michel. **Os pobres na Idade Média**. Tradução Heloísa Jhan. Rio de Janeiro: Campos, 1989.

MOTA DÍAZ, Laura. Instituições do Estado e produção e reprodução da desigualdade na América Latina. In: CIMADAMORE, Alberto D.; CATTANI, Antonio David (Orgs.). **Produção de pobreza e desigualdade na América Latina**. Tradução Ernani Ssó. Porto Alegre: Tomo Editorial; CLACSO, 2007. p. 125-150.

NERI, Marcelo Cortês (Coord.). **A nova classe média: o lado brilhante do pobre**. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2010.

NERI, Marcelo Cortês (Coord.). **Desigualdade de renda na década**. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração do Milênio das Nações Unidas**, 8 set. 2000. Disponível em: <http://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/DecdoMil.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Programa da UNESCO para o Brasil 2011-2012**. Brasília: UNESCO, 2011. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002123/212357por.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2011.

PAUGAM, Serge. **L'exclusion: État des savoirs**. Paris: La Découverte, 1996.

PAUGAM, Serge. **A desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza**. Tradução Camila Giorgetti; Tereza Lourenço. São Paulo: Educ; Cortez, 2003.

PINÇON, Michel; PINÇON-CHARLOT, Monique. Sociologia da alta burguesia. Tradução Patrícia Chittoni Ramos Reuillard. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 9, n. 18, p. 22-37, jul./dez. 2007.

PLAZA, Orlando. Desigualdad, pobreza y desarrollo. **Cuaderno de trabajo**, Lima, Perú, n. 5, p. 1-63, jun. 2008. Disponível em: <http://departamento.pucp.edu.pe/ciencias-sociales/images/documentos/2008/Desigualdad.pobreza.desarrollo.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2011.

POGGE, Thomas; REDDY, Sanjay G. **Unknow**: the extent, distribution, and trend of global income poverty. 2003. Disponível em: [http://www.etikk.no/globaljustice/papers/GJ2003\\_Thomas\\_Pogge\\_with%20Sanjay\\_Reddy\\_Unknown\\_-The\\_extent,\\_Distribution\\_and\\_Trend\\_of\\_Global\\_Income\\_Poverty.pdf](http://www.etikk.no/globaljustice/papers/GJ2003_Thomas_Pogge_with%20Sanjay_Reddy_Unknown_-The_extent,_Distribution_and_Trend_of_Global_Income_Poverty.pdf). Acesso em: 4 ago. 2011.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Relatório de Desenvolvimento Humano 2010**. A verdadeira riqueza das nações: vias para o desenvolvimento humano – Edição do 20º Aniversário. Disponível em: [hdr.undp.org/en/media/PR3-HDR10-HD1-PT.pdf](http://hdr.undp.org/en/media/PR3-HDR10-HD1-PT.pdf). Acesso em 11 nov. 2011.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Relatório de Desenvolvimento Humano 2011**. Sustentabilidade e equidade: um futuro melhor para todos. Disponível em: [http://hdr.undp.org/en/media/HDR\\_2011\\_PT\\_Summary.pdf](http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2011_PT_Summary.pdf). Acesso em 11 nov. 2011.

RIBEIRO, Ana Clara; JAMUR, Marilena. A noção da pobreza frente às desigualdades sociais. In: CAMAROTTI, Ilka; SPINK, Peter (Orgs.). **Estratégias locais para a redução da pobreza**: construindo a cidadania. – 2. ed. – São Paulo: EAESP, 2003. p. 18-22.

ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil**: afinal, de que se trata? – 2. ed. – Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2005.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. – 19. ed. – Rio de Janeiro: Record, 2010.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta. – 5. reimp. - São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SPRANDEL, Marcia Anita. Nossos pobres ou nosso povo? Contribuição para o debate sobre políticas sociais no Brasil. **Inclusão Social**, Brasília, v. 1, n. 2, p. 83-87, abr./set. 2006.

THERBORN, Göran. Os campos de extermínio da desigualdade. Tradução Fernando Rugitsky. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 87, p. 145-156, jul. 2010.

WAGNER DE REYNA, Alberto. **Pobreza y cultura**: crisis y concierto. Lima, Perú: Fondo Editorial de la Pontificia Universidad Católica del Perú, 1982.

WAGNER DE REYNA, Alberto. **Progres et pauvreté et leurs relations avec les valeurs culturelles et spirituelles**. Paris: UNESCO/DOC, 6 juil. 1987. (Conferência no Encontro Internacional de Especialistas sobre Pobreza e Progresso. Paris, 1986). Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0007/000734/073426fb.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2011.

ZAOUAL, Hassan. **Globalização e diversidade cultural**. Tradução Michel Thiollent. São Paulo: Cortez, 2003. (Questões da nossa época, 106).